

aprova
concursos

SEFAZ-AM

Técnico de Arrecadação de
Tributos Estaduais

Secretaria de Estado
da Fazenda do
Amazonas



Edital **verticalizado**

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Interpretação de texto: decodificação dos diversos tipos de mensagem.
- 2 Compreensão de texto: observação dos processos que constroem os significados textuais.
- 3 A linguagem e a lógica.
4. As estruturas linguísticas no processo de construção de mensagens adequadas.
- 5 A pragmática na linguagem: o significado contextual.
- 6 A semântica vocabular: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos e heterônimos.
7. Os modos de organização discursiva: a descrição, a narração, a exposição informativa e a exposição argumentativa.
- 8 A organização das frases nas situações comunicativas: a colaboração e a relevância; os atos de fala.
- 9 A linguagem lógica e a figurada.
10. Os diversos níveis de linguagem.
11. Os tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre.
12. As funções da linguagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
- 2 Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos.
- 3 Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA/ESTATÍSTICA

Matemática Financeira - Juros simples. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Juros compostos. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização

contínua. Descontos: simples, composto. Desconto racional e desconto comercial. Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto. Fluxo de caixa. Valor atual. Taxa interna de retorno. Estatística: Estatística Descritiva: gráficos, tabelas, medidas de posição e de variabilidade. Probabilidades: conceito, axiomas e distribuições (binominal, normal, poisson, qui-quadrado). Inferência estatística. Amostragem: amostras casuais e não casuais. Processos de amostragem, incluindo estimativas de parâmetros. Intervalos de confiança. Testes de hipóteses para médias e proporções. Correlação e Regressão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos. 1.2 Elementos.
- 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Poderes da Administração Pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder.
- 5 Regime jurídico-administrativo. 5.1 Conceito. 5.2 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.
- 6 Responsabilidade civil do Estado. 6.1 Evolução histórica. 6.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 6.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 6.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 6.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 6.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 6.5 Reparação do dano. 6.6 Direito de regresso.
- 7 Serviços públicos. 7.1 Conceito. 7.2 Elementos constitutivos. 7.3 Formas de prestação e meios de execução. 7.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 7.5 Classificação. 7.6 Princípios.
- 8 Organização administrativa. 8.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 8.2 Administração direta e indireta. 8.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 8.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 9 Controle da Administração Pública. 9.1 Controle exercido pela Administração Pública. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo. 9.4 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992. 9.5 Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)
- 10 Licitações e contratos administrativos. 10.1 Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

11 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 1762/1986).

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2. Conflito das leis no tempo. 1.3. Eficácia das leis no espaço.
2. Pessoas naturais. 2.1. Conceito. 2.2. Início da pessoa natural. 2.3. Personalidade. 2.4. Capacidade. 2.5. Direitos da personalidade. 2.6. Domicílio.
3. Pessoas jurídicas. 3.1. Disposições gerais. 3.2. Constituição. 3.3. Extinção. 3.4. Sociedades de fato. 3.5. Associações. 3.6. Fundações.
4. Bens imóveis, móveis e públicos.
5. Fato jurídico.
6. Negócio jurídico. 6.1. Disposições gerais. 6.2. Invalidade.
7. Prescrição. 7.1. Disposições gerais.
8. Decadência.
9. Obrigações. 9.1. Características. 9.2. Adimplemento pelo pagamento. 9.3. Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora.
10. Contratos. 10.1. Princípios. 10.2. Contratos em geral. 10.3. Disposições gerais.
11. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 11.1. Obrigação de indenizar. 11.2. Dano material. 11.3. Dano moral.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais.
- 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas.
- 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
- 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
- 5 Administração Pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos.
- 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5 Comissões parlamentares de inquérito.

- 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1 Composição e competências.
- 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público e Advocacia Pública.

DIREITO PENAL

- 1 Aplicação da lei penal.
- 2 Crime.
- 3 Dolo e culpa.
- 4 Crimes contra a fé pública. 4.1 Falsidade de títulos e outros papéis públicos; falsidade documental; fraudes em certames de interesse público.
- 5 Crimes contra a administração pública. 5.1 Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a administração pública.
- 6 Lei Federal nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).
- 7 Lei Federal nº 8.137/1990 e suas alterações (crimes contra a ordem tributária).
- 8 Lei Federal nº 10.028/2000 (crimes contra as finanças públicas).
- 9 Infração administrativa.

DIREITO EMPRESARIAL

- 1 Fundamentos do direito empresarial. 1.1 Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características. 1.2 Teoria da empresa. 1.3 Empresário. 1.3.1 Conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário. 1.4 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (microempresa e empresa de pequeno porte). 1.5 Prepostos do empresário. 1.6 Institutos complementares. 1.6.1 Nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração.
- 2 Registro de empresa. 2.1 Órgãos de registro de empresa. 2.2 Atos de registro de empresa. 2.3 Processo decisório do registro de empresa. 2.4 Inatividade da empresa. 2.5 Empresário irregular.
- 3 Direito societário. 3.1 Sociedade empresária. 3.1.1 Conceito, terminologia, ato constitutivo. 3.2 Sociedades simples e empresárias. 3.3 Personalização da sociedade empresária. 3.4 Classificação das sociedades empresárias. 3.5 Sociedade irregular. 3.6 Teoria da desconconsideração da personalidade jurídica. 3.7 Desconconsideração inversa. 3.8 Regime jurídico dos sócios. 3.9 Sociedade limitada. 3.10 Sociedade anônima. 3.11 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. 3.12 Sociedade em nome

coletivo. 3.13 Sociedade em comandita simples. 3.14 Sociedade em comandita por ações. 3.15 Operações societárias. 3.15.1 Transformação, incorporação, fusão e cisão. 3.16 Relações entre sociedades. 3.16.1 Coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. 3.17 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.

FINANÇAS PÚBLICAS

- 1 Objetivos, metas, abrangência e definição.
- 2 Funções do Estado.
- 3 Financiamento dos gastos públicos. 3.1 Tributação e equidade.
- 4 A função do bem-estar; políticas alocativas, distributivas e de estabilização.
- 5 Instrumentos e recursos da economia pública (política fiscal, regulatória e monetária).
- 6 Tributação. 6.1 Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade.
- 7 Receita orçamentária. 7.1 Classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária.
- 8 Despesa orçamentária. 8.1 Classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária.
- 9 Orçamento público. 9.1 Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária.
- 10 Ciclo orçamentário.
- 11 Créditos adicionais. 11.1 Conceitos, tipos, requisitos para abertura, fontes de recursos, incorporação ao orçamento.
- 12 Conceito de déficit público; financiamento do déficit; sustentabilidade da política fiscal.
- 13 Crédito público. 13.1 Fonte alternativa de financiamento das despesas públicas; limites do crédito público.
- 14 Reforma Administrativa e Reforma Previdenciária.
- 15 Política fiscal. 15.1 Equilíbrio orçamentário; estabilização da moeda; pleno emprego; desenvolvimento econômico; redistribuição da renda.
- 16 Tópicos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas alterações). 16.1 Princípios, objetivos; limites para dívida; "regra de ouro" (Constituição Federal, art. 167, III); renúncia de receita; geração de despesas. 16.2 Transferências voluntárias. 16.2.1 Conceito e requisitos. 16.3 Destinação de recursos para o setor privado. 16.3.1 Requisitos e vedações.
- 17 Ordenador de despesa. 17.1 Conceito; ordenador primário; delegação de competência.

CONTABILIDADE GERAL

1. Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.
2. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
3. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura.
4. Atos e fatos administrativos.
5. Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil.
6. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.
7. Apuração dos resultados.
8. Regimes de apuração. Caixa e competência.
9. Escrituração contábil. Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado.
10. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.
11. Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.
12. Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.
13. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.
14. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações.
15. Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.
16. Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.

CONTABILIDADE AVANÇADA

Provisões Ativas e Passivas, Tratamento das Contingências Ativas e Passivas.

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização.

Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos. Conceitos e procedimentos: Filiais, agências, sucursais ou dependências no exterior. Conversão das demonstrações de uma entidade no exterior.

Reorganização e reestruturação de empresas: Incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas - Aspectos contábeis, fiscais, legais e societários da reestruturação social.

Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão.

Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil. Tratamento das partes beneficiárias.

Tratamento de operações de arrendamento mercantil.

Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil.

Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis.

Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação.

Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos - conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil.

Ajuste a valor presente: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos.

Subvenção e Assistência governamentais - conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.

AUDITORIA

1. Conceitos de auditoria e sobre a pessoa do auditor.
2. Ética profissional.
3. Documentação de auditoria.
4. Fraudes e a responsabilidade do auditor.
5. Planejamento da auditoria.
6. Avaliação das distorções Identificadas.
7. Execução dos trabalhos de auditoria.
8. Materialidade e relevância no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria.
9. Auditoria de estimativas Contábeis.
10. Evidenciação.
11. Amostragem.
12. Utilização de trabalhos da auditoria interna.

13. Relatórios de auditoria.
14. Abrangência de atuação.
15. Formas e tipos.
16. Normas vigentes de auditoria: NBC TA e NBC PA.

ANÁLISE DE DADOS

- 1 Dado, informação, conhecimento e inteligência. Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados.
- 2 Banco de dados relacionais. 2.1 Conceitos básicos e características. Metadados. Tabelas, visões (views) e índices. Chaves e relacionamentos.
- 3 Noções de modelagem dimensional. 3.1 Conceito e aplicações.
- 4 Noções de mineração de dados. 4.1 Conceituação e características. Modelo de referência CRISP-DM. Técnicas para pré-processamento de dados. Técnicas e tarefas de mineração de dados. Classificação. Regras de associação. Análise de agrupamentos (clusterização). Detecção de anomalias. Modelagem preditiva. Aprendizado de máquina. Mineração de texto.
- 5 Noções de Big Data. 5.1 Conceito, premissas e aplicação.
- 6 Visualização e análise exploratória de dados.
- 7 Noções de Microsoft Power BI e Business Intelligence Enterprise Edition – Oracle.

ECONOMIA

- 1 Introdução geral aos problemas econômicos.
 - 1.1 Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento.
- 2 Microeconomia.
 - 2.1 Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado.

- 3 Macroeconomia. 3.1. As contas nacionais; conceitos de produto e de renda; os agregados macroeconômicos; renda e produto de equilíbrio; consumo, poupança e investimento; o multiplicador; o setor governo e a política fiscal; déficits e dívida pública; políticas de estabilização.
- 4 Moeda e crédito. 4.1 Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional.
- 5 Comércio exterior. 5.1 Balanço de Pagamentos. 5.1.1 Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1 Tributo. 1.1 Conceito e classificação (impostos, taxas, contribuições de melhoria empréstimos compulsórios e contribuições diversas).
- 2 Normas gerais de direito tributário. 2.1 Legislação tributária (Constituição, emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções do Senado Federal, decretos e normas complementares); vigência e aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária.
- 3 Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.
- 4 Responsabilidade tributária. 4.1 Conceito; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.
- 5 Crédito tributário. 5.1 Conceito; constituição; lançamento (modalidades de lançamento; hipótese de alteração do lançamento); suspensão da exigibilidade; extinção; exclusão; garantias e privilégios do crédito tributário.
- 6 Administração tributária. 6.1 Características, prerrogativas, fiscalização; dívida ativa; certidões negativas.

- 7 Sistema Tributário Nacional. 7.1 Princípios gerais; regime especial de tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006); limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas); tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário); tributos de competência dos Municípios e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública); repartição das receitas tributárias.
- 8 ICMS nas operações interestaduais e nas exportações e importações (Lei Complementar nº 87/1996).
- 9 Convênios para a concessão de isenções de ICMS (Lei Complementar nº 24/1975).
- 10 Lei Complementar nº 116/2003 (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.).
- 11 Lei Complementar nº 160/2017 (Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais).
12. Resoluções do Senado Federal nos. 22/89 e 95/96

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

1. DL 288/67 (Zona Franca de Manaus).
2. LC Estadual 19/97 (Código Tributário do Estado do Amazonas).
3. Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 20.686/99.
4. Lei Estadual nº 2.826/2003 (Política de Incentivo Fiscal).
5. Decreto nº 23.994/03 – regulamenta a Lei de Incentivos Fiscais
6. Decreto Estadual nº 26.428/06 – (Regulamento do IPVA).
7. Decreto nº 4564/79 – Processo Tributário Administrativo.
8. Lei Estadual nº 3.830/12 e Decreto Estadual nº 33.084/13.



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br